

SEM LICENÇA PRA MATAR

As entidades que compõem a campanha “Sem Licença para Matar” manifestam por meio da presente carta profunda preocupação com a manutenção da pauta sobre Excludente de Ilícitude em projetos de lei atualmente discutidos nesta egrégia Casa.

O Código Penal brasileiro já estabelece, em seu artigo 23, a possibilidade de afastar a culpabilidade quando o uso letal da força for praticado por agentes em estado de necessidade, legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. As forças de segurança já se encontram, desta forma, amparadas pela lei para o exercício de suas funções, devendo responder unicamente quando ocorrem abusos ou excessos. Mesmo nestas hipóteses ainda são raros os casos devidamente investigados e com algum tipo de responsabilização: uma série de estudos realizados no Rio de Janeiro indicam que mais de 90% das mortes por intervenção de agentes do Estado não são investigadas ou são arquivadas¹.

As presentes propostas vão além da proteção da atuação de forças de segurança e buscam uma verdadeira “licença para matar”, visto que sua aprovação acarretaria na não instauração de inquéritos para investigar possíveis violações de direito. Isto, inevitavelmente aumentaria a já inaceitável taxa de letalidade policial, uma das mais altas do mundo. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, apontam que o número de mortes por intervenções policiais não diminuiu sequer durante o isolamento social em virtude da pandemia. No primeiro semestre de 2020, as mortes provocadas por intervenções policiais cresceram 6% em números absolutos, vitimando 3.181 pessoas.

Outro dado alarmante apresentado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública indica que entre 2017 e 2019, policiais mataram ao menos 2.215 crianças e adolescentes no país. Ou seja, todos os dias, ao menos duas crianças e adolescentes são mortos pela polícia no Brasil. São milhares de sonhos interrompidos de crianças como Maria Eduarda, Marcos Vinícius, Ágatha, João Pedro, Kauan e tantos outros cujo nome não conhecemos. Além disso, esse alto índice de letalidade tem consequências graves na vida dos familiares das vítimas - em especial, das mães.

O racismo institucional que estrutura nossa sociedade também tem um papel cruel na morte de jovens negros, pobres e periféricos, principais vítimas da violência policial. 70% das vítimas fatais de violência policial são negras. É preciso dar um basta nesse índice, e não aumentá-lo.

Cumpra lembrar que propostas similares de ampliação da Excludente de Ilícitude já foram discutidas por esta Câmara e que os parlamentares, após a escuta de especialistas, movimentos sociais, familiares e vítimas da violência de Estado, organizações da sociedade civil, e inclusive movimentos e associações da categoria de forças de segurança, decidiram por retirá-las do chamado “Pacote Anti-crime” aprovado em 2019. Causa espanto, portanto, que um dispositivo que não mobiliza nenhum setor da sociedade civil seja tão recorrentemente pautado.

Neste momento, em que o mundo enfrenta uma pandemia que já custou a vida de mais de 250 mil pessoas no Brasil, a prioridade é frear as consequências letais do COVID-19. Aqui reforçamos que as famílias que seriam mais prejudicadas pela possível aprovação da ampliação da excludente de ilicitude também são as mais afetadas pela pandemia.

Certas do compromisso desta Casa com os direitos assegurados pela Constituição Federal, as organizações e iniciativas que aqui subscrevem solicitam, portanto, a rejeição de todas² as propostas tendentes a ampliar as hipóteses legais de excludente de ilicitude. O custo para a sociedade não justifica essa medida. Pautar projetos que criam uma licença para matar em um país tão violento quanto o Brasil é inconsequente e inaceitável!

Assinam:

1. ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
2. AFAPERJ - Associação dos Familiares e Amigos dos Presos e Egressos do Estado do Rio de Janeiro
3. Aliança Nacional LGBTI+
4. AMAFAVV Espírito Santo
5. ANADEP - Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos
6. Anistia Internacional Brasil
7. Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
8. Associação de Mães e Amigos da Criança e Adolescente em Risco AMAR Nacional
9. Associação EuSouEu - A Ferrugem
10. Associação Juízes Para a Democracia
11. Associação Jurídica Maria Felipa
12. Associação nacional de travestis e Transexuais (ANTRA)
13. Campanha Caveirão Não Favelas pela Vida e contra as Operação
14. Campanha Julho Negro
15. Casa da Criança e do Adolescente
16. Cedeca RJ
17. CFNTX - Centro de Formação do Negro e da Negra da Transamazônica e Xingu
18. Cidades Núcleo de Pesquisa Urbana UERJ
19. Coletivo Amazônico LesBiTrans
20. Coletivo de Esquerda Força Ativa
21. Coletivo de Mães de Manaus

22. Coletivo de Mães E Familiares De Pessoas Privada De Liberdade Rondônia
23. Coletivo de Mães e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade do Rio Grande do Norte
24. Coletivo Familiares e Amigos de Presos e Presas do Amazonas
25. Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro
26. Coletivo Negro Minervino de Oliveira
27. Coletivo RJ Verdade Memória Justiça e Reparação
28. Coletivo Rosas no Deserto de familiares, egressas (os) e amigas(os) do sistema prisional DF
29. Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia
30. COMUNEMA - Coletivo de Mulheres Negras 'Maria-Maria'
31. Conectas Direitos Humanos
32. EDUCAFRO Brasil
33. EDUCAFRO Rio
34. FASE - RJ
35. Filhos e Netos por Memória Verdade e Justiça
36. Fórum do Movimento Social Manguinhos
37. Fórum Grita Baixada
38. Frente Estadual pelo Desencarceramento da Paraíba
39. Frente Estadual pelo Desencarceramento do Amazonas
40. Frente Estadual pelo Desencarceramento do Paraná
41. Frente Estadual pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro
42. Frente pelo Desencarceramento de Rondônia
43. GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
44. Girl Up Brasil
45. Girl Up Santa Maria
46. Grupo de Estudos e Pesquisa do Orçamento Público e da Seguridade Social UERJ
47. Grupo de Estudos e Pesquisas de Antropologia do Direito e das Moralidades da UFF
48. Grupo de Estudos Pretos
49. Grupo de Mulheres Bordadeiras da Coroa
50. Grupo Dignidade Pela Cidadania de LGBTI+
51. Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro
52. IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
53. Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial-Baixada Fluminense-RJ
54. Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela
55. Instituto de Defensores de Direitos Humanos - DDH
56. Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD
57. Instituto de Estudos da Religião - ISER
58. Instituto Esperança Garcia
59. Instituto Marielle Franco
60. Instituto Memória e Resistência Direitos Humanos Educação e Cultura
61. Instituto Sou da Paz
62. Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC)
63. Instituto Vladimir Herzog
64. IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO)
65. Juventude Manifesta Amazonas

66. Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ
67. Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social
68. LBL - Liga Brasileira de Lésbicas
69. Mães da Dor
70. Mães de Brumado Salvador
71. Mães de Maio do Cerrado
72. Mães de Maio do Nordeste
73. Mães do Xingu
74. Mães em Luto da Leste
75. Mães Mogianas
76. MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
77. Movimento Caxias
78. Movimento de Mãe e Familiares do Curió
79. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
80. Movimento D'ELLAS
81. Movimento Mães de Acari
82. Movimento Mães de Maio do Cerrado
83. Movimento Mães de Manguinhos
84. N'ZINGA Coletivo de Mulheres Negras
85. NAJUP Luiza Mahin
86. Necrim
87. Núcleo de Mães Vítima de Violência
88. Pastoral Carcerária Nacional
89. Quilombo de Maria Conga/Associação de Moradores Vila Nova e Maria Conga
90. Rede Brasileira de Conselhos -RBdC
91. Rede de Comunidade e Movimento contra Violência
92. Rede de Cooperação Negra e LGBTQIA+ 'Pretas & Coloridas'
93. Rede de mães e familiares da Baixada Fluminense
94. Rede de Mulheres Negras do Ceará
95. Rede Justiça Criminal
96. Rede Mães de Luta MG
97. Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado
98. Rede Nenhuma Vida a Menos - Curitiba e Região
99. Rede Rio Criança
100. Sindicato das Advogadas e Advogados do Estado de São Paulo
101. Terra de Direitos
102. UBM-RJ União Brasileira de Mulheres.
103. UJC
104. Unegro Caxias
105. ZarabatanaINFO - Ciberativistas Negras Amazônicas

¹ Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/03/politica/1570057066_395793.html

² PL [6125/2019](#), PL [9432/2017](#), PL [7883/2017](#) e [PL 1595/2019](#)

